

Edição nº 55 – 13 a 17 de novembro

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

COMISSÃO DE AGRICULTURA DA CÂMARA APROVOU A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA PATRIMÔNIO VERDE

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 7.578/2017, de autoria do deputado Zé Silva (SD-MG), que cria o programa de operação e registro de ativos de natureza intangível originários da atividade de conservação florestal, denominado Patrimônio Verde. O PL, aprovado nos termos do parecer do relator, deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), autoriza o Poder Executivo a captar recursos, lastrear operações financeiras e dar garantias para execução do programa. Já a coordenação e execução do programa cabem às secretarias da Fazenda de cada ente público, ficando o seu titular autorizado a estabelecer os convênios, os termos de cooperação e os demais atos necessários à sua execução. O PL ainda deverá ser submetido às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DA CÂMARA APROVOU O PL DA POLÍTICA NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC) aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 906/2015, de autoria do deputado Padre João (PT-MG), que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana, a qual envolve a atividade agrícola e pecuária desenvolvida nos limites da cidade e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização em pequena escala. O PL foi aprovado nos termos do parecer do relator, deputado Wadih Damous (PT-RJ), em apreciação conclusiva pelas Comissões. Caso não seja interposto recurso por 1/10 dos deputados (51 deputados) para levar o projeto ao Plenário da Câmara, ele será encaminhado diretamente à análise do Senado Federal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DA CÂMARA APROVOU PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NA LEI DO PETRÓLEO PARA DISCIPLINAR O REPASSE DE ROYALTIES

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 6.488/2016, dos deputados Hugo Leal (PSB-RJ), Laura Carneiro (PMDB-RJ), Otavio Leite (PSDB-RJ) e outros, que altera a Lei do Petróleo para disciplinar o repasse de recursos obtidos com royalties e participação especial entre a União e os demais entes federados. O PL foi aprovado nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Sergio Zveiter (PODE-RJ), em apreciação conclusiva pelas Comissões. Caso não seja interposto recurso por 1/10 dos deputados (51 deputados) para levar o projeto ao Plenário da Câmara, ele será encaminhado diretamente à análise do Senado Federal.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR APROVOU PL QUE ESTABELECE OBRIGAÇÕES PARA FABRICANTES E IMPORTADORES DE VEÍCULOS

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 3.002/2011, de autoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O texto, aprovado nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), obriga fabricantes e importadores de veículos automotores a manter, pelo prazo de dez anos, contados da data de fabricação, estoques mínimos de peças de reposição dos veículos. Na hipótese de falta de peça de reposição, as revendedoras e oficinas autorizadas ficam obrigadas a disponibilizar, sem ônus, veículo similar ao que estiver sendo reparado, pelo prazo previsto para retenção do veículo, caso seja superior a sete dias. O PL ainda será submetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (visconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR APROVOU PL QUE PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE PACOTES FECHADOS DE TELECOMUNICAÇÕES

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 7.263/2017, de autoria do deputado Altineu Côrtes (PMDB-RJ), que altera a Lei Geral de Telecomunicações para coibir a comercialização de pacotes fechados de serviços de telecomunicações. O PL foi aprovado nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Moses Rodrigues (PMDB-CE), e será submetido, ainda, às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

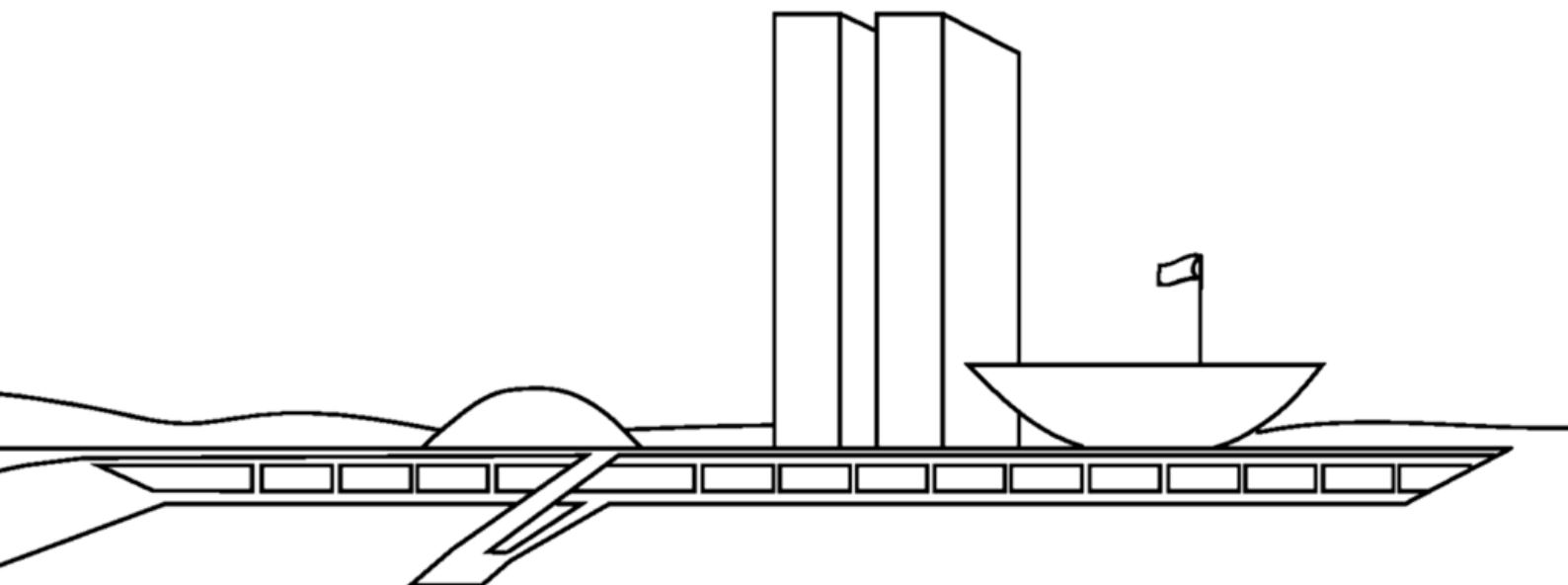
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DA CÂMARA APROVOU PROPOSTA DE ISENÇÃO PARA O ÓLEO DIESEL E SUAS CORRENTES

Na última quarta-feira, a Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados

aprovou, na forma do parecer do relator, deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), o PL nº 8.178/2017, que isenta de PIS e COFINS a receita bruta auferida com a produção, a importação ou a comercialização de óleo diesel e suas correntes. Agora, a proposição segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para deliberação.

PL APROVADO PELA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE DA CÂMARA DETERMINA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELO CONCESSIONÁRIO RODOVIÁRIO FEDERAL

Na última quarta-feira, a Comissão de Viação e Transporte (CVT), da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 6.099/2016, que altera a Lei da Reestruturação dos Transportes para determinar que o concessionário de rodovia federal divulgue os valores arrecadados e dispendidos no âmbito de sua concessão. A proposição seguirá agora à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para deliberação.



GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto